

Superior Tribunal de Justiça

Acordo no RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.166 - SC (2016/0225072-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : LÍDIA SILVESTRE
ADVOGADOS : GUSTAVO DOMINGUES VIEIRA - SC016281
ALEXANDRE HERCULANO FURTADO - SC018064
RECORRIDO : IRMA SILVESTRE
RECORRIDO : HÉLIO RICARDO SILVESTRE
ADVOGADOS : INGRID ORLANDI BRILINGER - SC017641
FERNANDA DE OLIVEIRA SILVESTRE - SC037032

DECISÃO

Às fls. 409-419 (e-STJ), recorrente LIDIA SILVESTRE e os recorridos IRMA SILVESTRE e HÉLIO RICARDO SILVESTRE noticiam a celebração de acordo, expõem os termos da avença e requerem a homologação do referido pacto.

É o breve relatório. Decide-se.

1. A realização de acordo entre as partes, sem qualquer reserva, representa ato incompatível com a vontade de recorrer.

Nesse contexto, observo que os advogados ALEXANDRE HERCULANO FURTADO e INGRID ORLANDI BRILINGER subscritores da minuta do acordo possuem poderes para transigir e para desistir, conforme as procurações de fls. 12, 311 e 312 - Ap1- (e-STJ). Assim, encontram-se cumpridas as formalidades dos artigos 104 e 105 do NCPC.

Embora a homologação de acordo esteja ente as atribuições do relator, nos termos do art. 34, IX, do RISTJ, considerando os termos da avença e em homenagem ao princípio da economia processual, devem os autos serem remetidos ao juízo de origem, pois a execução do pacto e eventuais divergências acerca de seu cumprimento deverão ser processadas e decididas em primeira instância.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC e art. 34, IX, do RISTJ, julgo extinto o procedimento recursal, ante a perda do objeto, e determino o retorno dos autos à origem para homologação e acompanhamento do acordo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator